

Um (bom?) departamento francês de ultramar - Michel Foucault no Brasil, 1965

Heliana de Barros Conde Rodrigues

A relevância adquirida, no Brasil contemporâneo, pelo pensamento de Michel Foucault em grande variedade de campos disciplinares, profissionais e de militância política é circunstância bem conhecida. A despeito disso, poucos pesquisadores se têm dedicado a investigar as cinco visitas por ele feitas a nosso país, datadas de 1965, 1973, 1974, 1975 e 1976. As biografias elaboradas por Didier Eribon (1990) e David Macey (1993), assim como a cronologia estabelecida por Daniel Defert (2002) referem-se a tal temática de forma bastante sucinta.

Sendo assim, desenvolvemos atualmente um projeto de pesquisa¹ cujos objetivos incluem o estabelecimento de uma *audiografia*² da presença do Foucault-corpo no Brasil, bem como de uma *geo-epistemologia*³ e de uma *cronobibliografia*⁴ das idéias foucaultianas entre nossas intelectualidade e militância. São utilizados, para tanto, publicações, documentos escritos e fonográficos relativos às visitas; artigos, coletâneas e livros brasileiros voltados à discussão das perspectivas de Foucault; e narrativas orais tanto dos que com ele conviveram nas passagens por São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém durante os anos da Ditadura Militar, como daqueles que, atualmente, exibem efeitos e ressonâncias de seu pensamento nos âmbitos acadêmico, profissional e político.

O presente texto, contudo, tem intuito mais limitado: suas bases são exclusivamente bibliográficas e nele apresentamos apenas algumas elaborações relativas à primeira visita de Foucault. Julgamos interessante socializá-las, apesar das limitações, porque essa espécie de mini-biografia, ao tomar por mote a estada do filósofo em São Paulo, no ano de 1965, abre-se para a apreciação dos diferentes sistemas de normas atuantes no campo universitário de nosso país durante um período que se estende dos anos 1930 aos anos 1960⁵.

Quando Michel Foucault desembarcou pela primeira vez no Brasil, com destino à Universidade de São Paulo (USP), é provável que estivesse bem informado sobre o

estabelecimento em que deveria ministrar conferências – o intercâmbio cultural com a França ali frutificava desde a década de 1930.

Apelidada, por Irene Cardoso (1982), “universidade da comunhão paulista”, a USP fora criada em 1934 como uma espécie de réplica educacional que setores das elites, reunidos em torno do jornal *O Estado de São Paulo*, haviam formulado em face da derrota sofrida pela Revolução Constitucionalista de 1932 – réplica eivada de compromissos, evidentemente, entre as classes dominantes e o Governo Vargas⁶. O projeto assentava-se, em suas grandes linhas, no inquérito sobre o ensino público brasileiro levado a cabo por Fernando de Azevedo, em 1926, por encomenda do próprio *Estadão*, no qual, entre outras conclusões, o autor asseverava: “a preparação das elites intelectuais precedeu sempre, e em toda parte, a instrução das massas” (*apud* Cardoso, 1982: 30).

Diferentemente do que até então tinha marcado as (ainda raras) universidades do país⁷, mero somatório de escolas isoladas (Direito, Medicina e Politécnica ou Engenharia), o ideário uspiano anunciava efetiva integração de saberes – caracterizados, vale frisar, mais pela cientificidade do que pela profissionalização –, tendo por eixo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Dita “alma”, “coração” ou “medula” da nova universidade, a FFCL destinava-se a dotar as futuras classes dirigentes, quaisquer que fossem os campos a que se voltassem⁸, de uma formação neutra e desinteressada, baseada em princípios reflexivos e métodos rigorosos.

Em 1965, ano da visita de Foucault, há muito regressara à Europa, sob pressão do desencadeamento da II Guerra Mundial, a primeira “missão francesa” de professores enviada à USP, e que deveria dar início a uma verdadeira revolução epistemológico-cultural na capital do Estado de São Paulo. Pois, dizia-se, decerto tínhamos, naqueles idos da década de 1930, oradores inflamados, bacharéis cheios de verve e ensaístas sedutores; porém tal mescla entre inserção na política e produção teórica era por muitos julgada espúria, insuficiente ou mesmo francamente inadequada à formação de “novas elites”. Conseqüentemente, da Europa, e da França em particular, seriam importados mestres (da verdadeira civilização), no intuito de retirar-nos do atraso colonial, com seu disparatado auto-didatismo, em que estaríamos estagnados.

Se essa versão soa a anacronismo e a tendências conservadoras de análise, cumpre destacar que, independentemente de sua justeza, engendrou quadros (ou forças) de memória. O professor Azis Simão (1988), por exemplo, a princípio parece escapar à invalidação de nossos intelectuais quando, referindo-se à transição 1920/1930 entre

anarquistas, socialistas e comunistas dissidentes com os quais convivia, afirma: “Eram pessoas de inteligência humanística e cultura variada, para quem Proudhon não excluía Balzac, Marx não dispensava Bach, Lenin e Trotsky não marginalizavam Gide e Malraux, nem tampouco os de lá eliminavam Mário de Andrade e Tarsila” (p.12). Poucas linhas depois, entretanto, ao abordar sua própria formação na FFCL, pontua: “Os cursos consistentes na leitura analítica de um só livro de autor clássico da filosofia, sociologia ou política, ensinaram-me a julgar uma obra a partir de seu entendimento interior. Isso foi bom para quem, militante político, não estava a salvo de julgar a partir do exterior, acomodado a estereótipos ideológicos” (p.13). O confronto entre as duas proposições do autor nos leva a hipotetizar: a São Paulo da época da criação da FFCL-USP era (ou, mais precisamente, é lembrada como) uma espécie de província internacional, cuja intelectualidade podia não dispensar a arte e o nacional, mas experimentava com alguma intensidade o temor da desqualificação⁹.

Das primeiras “missões” a chegar à FFCL-USP, sob o impulso de Georges Dumas¹⁰, ainda nos anos 1930, faziam parte alguns poucos professores com carreira acadêmica já estabelecida; porém o que talvez mais se destaque, aos olhos de hoje, seja a presença de professores então iniciantes, muitos dos quais se tornariam, futuramente, verdadeiros ícones da intelectualidade francesa. A lista de mestres é extensa e dela citamos somente alguns integrantes: Paul Arbousse-Bastide, Claude Lévi-Strauss, e Roger Bastide (Sociologia, Antropologia), Pierre Mombeing (Geografia), Fernand Braudel (História), Etienne Borne e Jean Maugué (Filosofia)¹¹.

A “missão acadêmico-civilizatória” renovava-se continuamente, seja em passagens curtas – casos de Lucien Febvre (História, 1949), Claude Lefort (Sociologia, nos anos 1950) e Martial Guérault (Filosofia, nos anos 1950) –, seja em mais longas durações, conforme o ocorrido com Gilles Gaston Granger, professor de Epistemologia no decurso da década de 1950 e, segundo Paulo Arantes (1994a: 246), um “filósofo dos conceitos” que em muito teria antecipado, para os alunos da FFCL, a distinção estruturalista, célebre na década seguinte, entre verdade formal e verdade material¹².

No momento da chegada de Foucault, contudo, todos os até aqui mencionados já haviam partido e mesmo o novo “missionário” Michel Debrun, após um período na UNESCO, preferira fixar-se na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mas o prestígio de que então gozava Gerard Lebrun¹³, que viera em 1960 para substituir Granger, é bastante revelador da permanência da valorização da cultura francesa. De acordo com Arantes (1994a), quando ele próprio recém ingressara no curso de Filosofia,

Bento Prado Júnior, à época professor assistente, passou-lhe uma pasta contendo uma dezena de artigos de Lebrun, com a seguinte recomendação: “Leia, estude e procure imitar, pois é assim que se deve pensar e escrever” (p.25).

Sim, pois embora o pioneiro Jean Maugué¹⁴ jamais tivesse dispensado o *fait divers* (referência a filmes, exposições de pintura, noticiário dos jornais) nas aulas ministradas de 1935 a 1944; e conquanto João Cruz Costa¹⁵, primeiro professor brasileiro juntamente com Lívio Teixeira¹⁶, invariavelmente houvesse demonstrado interesse pela história das idéias filosóficas no Brasil, a “estufa” constituída pela FFCL redundara, ao início da década de 1960, no estabelecimento de um método bem determinado: os alunos não deveriam, como era prática comum entre seus contemporâneos – com destaque (negativo) para os membros do carioca Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹⁷ –, dedicar-se à elaboração de novas teses filosóficas, mas voltar-se firmemente para a História da Filosofia. Tal postura significava realizar a “análise interna” dos textos clássicos, sob a égide dos paradigmas propostos por Martial Guérault¹⁸ – professor-visitante da FFCL nos anos 1950, como antecipamos – e Victor Goldschmidt¹⁹ – que, instalado na Universidade de Rennes, recebia em estudos de pós-graduação muitos dos formados em Filosofia pela USP.

Quanto aos paradigmas referidos, ouçamos Oswaldo Porchat, que, ao lado de Bento Prado Júnior, José Arthur Giannotti e Ruy Fausto, era um dos professores assistentes brasileiros a partilhar, nos anos 1960, as regras do filosofar uspiano: “É certo que uma tal atitude, própria de quem não quer julgar um autor, mas compreendê-lo, exige um esforço penetrante de inteligência, uma rigorosa disciplina intelectual, a ausência de todo preconceito e dogmatismo. Exige que o intérprete se faça discípulo – ainda que provisoriamente – e discípulo fiel (...). Um historicismo superficial torna-se apenas pretexto para dogmatismos fáceis e intolerantes: “refuta-se”, “julga-se”, critica-se um autor e sua doutrina, sem ter-se levado a cabo a exigência de compreensão objetiva” (*apud* Arantes, 1994a: 99).

Porém falar da FFCL-USP nos anos 1960, para além dessas incursões pelas sendas do capital simbólico, convida, aproveitando o título da coletânea organizada por Santos (1988), a um exercício de memória “na contramão”. Desde 1949, após muita luta por parte dos estudantes, a faculdade fora transferida do terceiro andar cedido (e retirado) no Instituto Caetano de Campos, na Praça da República, para o prédio da Rua Maria Antônia, no antigo bairro residencial de Vila Buarque. Com isso somos instados a visualizar uma “cidade universitária” muito diferente da que hoje eventualmente

freqüentamos nos *campi* afastados do tecido urbano, onde, findas as aulas, poucos permanecem. Pois na região da FFCL estavam também: a Faculdade de Economia e Administração (na Rua Dr. Vila Nova, ligada por um pátio à Filosofia); a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (desde 1951 situada na Rua Maranhão); a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e a Santa Casa (à Rua Cesário Mota Jr.) e a Faculdade de Medicina (na Rua Dr. Arnaldo). Na mesma vizinhança – melhor dizendo, na própria Maria Antônia, quase em frente à FFCL – situava-se outra universidade, o Mackenzie²⁰.

Em estilo jornalístico, comenta a respeito Amendola (2008): “A geografia facilitava a comunicação entre os alunos. Qualquer acontecimento na Filosofia chegava, rapidamente, aos ouvidos da turma de Arquitetura, Economia etc. O telefone sem fio funcionava bem”. E acrescenta, referindo-se a um detalhe que, à época da visita de Foucault a São Paulo, prenuncia a “batalha”²¹ que se desencadeará ao final de 1968: “Nos momentos mais amenos, alunos da USP não podiam estacionar seus automóveis do lado do Mackenzie. Assim como os do Mackenzie não deveriam parar no lado oposto da rua” (p. 9).

A observação é oportuna, porque desde o momento em que a FFCL passou a ocupar, na Rua Maria Antônia, o edifício antes privativo da Reitoria da USP, começou a desenhar-se uma geografia (ou geopolítica) singular, acerca da qual assinala Moraes (1988): “Vindo da Consolação, o prédio da Faculdade de Filosofia (...) ficava do lado direito da rua. Do lado esquerdo estava uma das alas da Universidade Mackenzie. Situação topográfica oposta, nesta perspectiva, à posição político-cultural das duas instituições. Mas tudo é questão de ponto de vista: vindo de Higienópolis, restabelecia-se a correspondência entre a orientação espacial e ideológica” (p. 106).

Mas...do que se trata, afinal? Como entender que a “universidade da comunhão paulista” tenda à esquerda, quando sabemos que privilegia a “análise interna” dos textos filosóficos e, caso adotemos certo exagero de linguagem, lá se pretende “estudar Marx do modo pelo qual Guérout comentava Descartes”? (Arantes, 1994a: 118). Em tom mais comedido, hipotetiza a respeito Antonio Candido (1988): “Nos anos 1960 a faculdade já estava envolvida de maneira mais direta nos problemas do momento (...). Contribuiu para isso a composição diversa do corpo docente, agora formado em maioria absoluta por brasileiros (...). E também pelo advento de uma nova leva de jovens docentes, que ainda eram alunos fazia pouco (...). Além disso, havia a atmosfera popular e nacionalista do governo João Goulart. Os jovens embalaram nos grandes movimentos

mais ou menos radicais, interessados na cultura do povo e para o povo, através do teatro, do cinema, da poesia, dos métodos renovados do ensino elementar” (p. 36).

Enquanto Antonio Candido privilegia, em sua apreciação, o que um dia apelidou, sem sinal de desdém, “pensamento radical de classe média” – para cuja caracterização não poderia faltar o jovem como “força mais viva da sociedade” (idem, p. 37) –, Azis Simão (1988) adota estilo analítico menos totalizante, mostrando-nos algo da micropolítica da FFCL a partir da década de 1950: abertura de cursos noturnos, em igualdade de vagas com os diurnos, possibilitando que o quadro discente se ampliasse e passasse a contar não só com um público elitizado, mas com pessoas empregadas em diversas atividades urbanas²²; projetos de instalação de faculdades de filosofia fora da capital, tentando garantir aos “interioranos” acesso ao ensino superior; posicionamento à esquerda, em diversos matizes, do corpo docente da FFCL, sobejamente conhecido pelos estudantes, embora ali se defendesse, por princípio, “não fazer da cátedra uma tribuna” (p. 16). Ao discorrer sobre a primeira dessas iniciativas, Azis Simão torna visível o contraponto ao elitismo que orientara a fundação da faculdade: “Sempre lhes demos [aos alunos trabalhadores] a maior atenção, dispensando-lhes respeito pelo lanche tomado às pressas e o cansaço durante as aulas. Basta uma lembrança: uma noite, um deles ressonou em classe – baixei a voz” (p. 16).

Tudo isso nos oferta mais “comos” do que algum “porquê” acerca da inflexão que conduziu a FFCL do inquérito positivo em moldes franceses à decidida imersão nos problemas do Brasil. Merece, por conseguinte, sempre evitando tentações de onisciência explicativa, uma futura exploração, mais matizada. No momento, porém, basta dizer que é nesse contexto que Michel Foucault chega, no mês de outubro de 1965. Uma aqui irrecusável História Política²³ nos faz evocar a ocorrência, cerca de um ano e meio antes, do Golpe Militar de 1964. Na “Cronologia” que precede os *Dits et Écrits*²⁴, tampouco Daniel Defert (2002) se esquece de trazê-lo à cena: “...convidado à faculdade de filosofia de São Paulo pelo filósofo Gerard Lebrun, aluno, assim como Jules Vuillemin e Louis Althusser, de Martial Guérault, (...) ele [Foucault] se junta aos filósofos Giannotti, Ruy Fausto, ao crítico Roberto Schwartz, à poetisa Lupe Cotrim Garaude e à psicanalista Betty Milan: ele lhes dá as primícias de alguns capítulos de *As palavras e as coisas*. A turnê de conferências prevista é interrompida pelos golpes de força que, de uma semana para outra, fortalecem a posse dos marechais e que, em breve, irão caçar²⁵ seus amigos de suas funções ou exilá-los (p. 20).

Didier Eribon (1990) é mais sucinto quanto a esse outubro de 1965 – apenas reporta a presença de Foucault no Brasil (p. 288) –, ao passo que David Macey (1993) refere-se à estada em São Paulo unicamente para explorar o processo que teria conduzido à publicação de *As palavras e as coisas*: “Não foram as radiodifusões educacionais nem os colóquios que finalmente levaram Foucault ao estrelato, mas o aparecimento de *Les mots et les choses* em 1966; (...) diz-se que os principais temas foram esboçados em uma série de conferências relativamente malogradas no Brasil em 1965” (p. 159).

Conquanto pouco saibamos sobre tais conferências – “interrompidas”, “relativamente malogradas” –, algo do que conhecemos da ditadura militar brasileira vem em nosso auxílio para um exercício historiográfico de ficção. Assim, vejamos. Durante o governo João Goulart, o movimento estudantil colocara-se francamente a favor das reformas de base, particularmente a Reforma Universitária. A União Nacional dos Estudantes (UNE) estava então sob a liderança da Ação Popular (AP), oriunda da Juventude Universitária Católica (JUC). Mais do que constranger a entidade estudantil, o Golpe Militar de 1964 procura destruí-la: lideranças perseguidas, presas ou exiladas, sede (na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro) incendiada. Também a FFCL-USP, onde o movimento estudantil era forte e contava com o apoio de inúmeros professores, foi duramente atingida. Instaurou-se um Inquérito Policial Militar (IPM) e a faculdade foi invadida, sob a alegação de “caça aos comunistas”, contando para tanto, inclusive, com cães farejadores. Quebra-quebra e destruição de instalações, por um lado; por outro, pressão sobre João Cruz Costa (Filosofia) e Florestan Fernandes (Sociologia), em relação aos quais o militar que chefiava a empreitada tentou pôr em prática uma estratégia de humilhação, ordenando-lhes que cantassem....o hino nacional! Os dois professores não se deixam intimidar: Cruz Costa devolve a instigação a pássaro canoro àquele que formulara a ordem, ao passo que Florestan, em 9 de setembro de 1964, dirige-lhe uma carta de protesto, bradando “Não somos um bando de malfeitores”. Como resposta, é preso (Gaspari, 2002: 225).

Quando da divulgação, pela Associação de Docentes (1978), do *Livro Negro da USP*, se saberá que Gama e Silva, reitor da Universidade, cujas relações com os golpistas eram de tal modo fortes que chegou a ocupar provisoriamente duas pastas (Justiça e Educação) no novo governo, ofereceu livre curso aos atos de invasão, depredação e intimidação. Além disso criou, no interior da USP, uma comissão para investigar “atividades subversivas”, feita sob medida para garantir aos setores mais

conservadores o monopólio da gestão universitária. Formada por professores das chamadas “grandes escolas” – Moacyr Amaral dos Santos (Direito), Jerônimo Geraldo de Campos Freire (Medicina) e Theodureto de Arruda Santos (Politécnica) – e mantida em segredo – como em segredo permaneceram suas tecnologias de investigação –, ela acusou, na FFCL²⁶, Mário Schenberg (Física), Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Nuno Fidelino de Figueiredo (Sociologia) e João Cruz Costa (Filosofia), além de Fuad Daher Saad, uma das lideranças estudantis.

O relatório da comissão não redundou em processo administrativo e sequer foi encaminhado ao Conselho Universitário. Só se tornou conhecido porque o *Correio da Manhã*, possivelmente devido à indignação de algum funcionário federal, obteve uma cópia do documento e publicou suas conclusões. À época, após as primeiras denúncias na imprensa – também a *Folha de São Paulo*, em 26 de julho de 1964, exibiu artigo intitulado “Dedo Duro na USP” –, o Prof. Paulo Duarte²⁷, membro do Conselho Universitário, levantou-se em reunião para denunciar o “terrorismo cultural” em marcha.

Tudo isso permite imaginar algo acerca das “interrupções” e “relativos malogros” associados às conferências de Foucault. Principalmente se adendarmos que o mês de outubro de 1965 é o das eleições para governador e, em especial, o da decretação, por Castelo Branco, do Ato Institucional número 2, que dissolve os partidos políticos e estabelece eleições indiretas para a sucessão presidencial. Frise-se ainda que o mandato de Castelo Branco fora anteriormente prorrogado até março de 1967, pois, sem isso, outubro de 1965 seria o momento das eleições para a presidência. Nessas circunstâncias, pode-se também dizer que Defert anota com propriedade o fortalecimento do poder dos marechais durante a passagem de Foucault por São Paulo.

Antes de explorar o que até o momento pudemos levantar quanto a tal passagem, cumpre indagar: quem é esse Michel Foucault, que dizem de “muitas vidas”, presente no Brasil dos militares para discutir o que apelida seu “livro sobre os signos”? (Defert, 2002: 18). Seguindo os biógrafos Eribon e Macey, é viável especular que nem mesmo na França faz parte, então, do *star-system* intelectual, embora o movimento britânico da antipsiquiatria já tenha arrancado *História da Loucura* das empoeiradas prateleiras das bibliotecas de História das Ciências. Por sinal, em 1971, em entrevista a *La Presse de Tunisie*, Foucault lamentará a pouca atenção inicial dada a seu (alegado) primeiro livro²⁸, que só se teria feito conhecido através dos “movimentos”, afirmando: “Digamos então que estou um pouco ciumento, e que agora eu gostaria muito de fazer as coisas eu

mesmo. Em vez de escrever um livro sobre a história da justiça (...) eu gostaria de começar por recolocar em questão a prática da justiça, depois (...), se eu ainda estiver vivo, e se não tiver sido posto na prisão, pois bem, escreverei o livro...” (Foucault, 2003: 35-36). Ele se refere, decerto, à militância no Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP); mas em 1965 sua fama extra-muros acadêmicos talvez ainda dependa de movimentos...feitos por outrem.

Autores como John Rajchman (1987) o vêem, à época, como um “sublime modernista” que espera da literatura a ruptura com a ordem do presente – o que poderia aproximá-lo de certos debates em circulação na FFCL, notadamente de Bento Prado Júnior²⁹. No que tange ao marxismo, que anda nas cabeças e nas bocas dos uspianos – o Seminário Marx³⁰ reunira, para “ler O Capital”, entre 1958 e 1962/63, um grupo significativo de professores e estudantes –, Foucault ainda se prepara para dizer...que pertence ao século XIX, compondo uma monstruosa família em que Karl se vê associado a Smith e Ricardo. Sabe-se, no entanto, que depois de uma passagem pelo Partido Comunista Francês (PCF), o filósofo dele se desligara em 1953, tornando-se, particularmente após breve estada no Leste Europeu (Polônia), um declarado anticomunista³¹.

Do tema Reforma Universitária, que volta a mobilizar estudantes e professores pouco depois do Golpe Militar, Foucault está bastante inteirado. Talvez não, entretanto, na direção radicalmente democratizante – a paridade³² é palavra de ordem na FFCL – que circula no saguão da Maria Antônia. Foucault participara não havia muito da comissão encarregada da Reforma Fouchet, que, propondo-se a modernizar a Universidade Francesa, é considerada um dos “estopins” dos acontecimentos de maio de 1968. Em sua “Cronologia”, assim resume Defert (2002) esse envolvimento: “Nomeado para a Comissão da Reforma da Universidade, estabelecida por Christian Fouchet, ministro da educação do General De Gaulle, Foucault se inquieta quanto ao projeto de multiplicação das universidades locais sem recursos. Prepara um contraprojeto que articula essas faculdades de modo complementar no quadro das regiões, o qual ele remete ao Eliseu...”(p. 19-20)³³.

Após essa breve caracterização, que audiografia nos é possível ficcionar quanto à série de conferências na FFCL-USP? A referência mais detalhada de que dispomos a respeito é o trabalho de Arantes (1994a), a que diversas vezes já apelamos, intitulado *Um departamento francês de ultramar*. Não discutiremos a tese central do livro³⁴,

contentando-nos em reportar trechos sugestivos, intercalados, quando necessário, de contribuições de outros autores.

Antes de iniciar esse percurso, cumpre lembrar que o livro *As palavras e as coisas*, sobre o qual versaram as conferências de Foucault, consagrou-o, embora por pouco tempo, como participante da galáxia estruturalista³⁵. Justamente para tal aspecto se volta o primeiro fragmento que selecionamos, quando Arantes (1994a), uma vez mais, busca retratar a Filosofia praticada na FFCL-USP: “Curiosamente, à medida que o estruturalismo propriamente dito se instalava, (...) declinava a estrela do método da casa, embora não afrouxasse, pelo contrário, a disciplina que ele exigia nem o tipo de iniciação que propiciava. Neste ponto, pelo menos, não deveria vigorar a fatalidade da dependência (...), pois, em matéria de ‘estrutura’ (...) podíamos até posar de precursores” (p. 35). Remetendo a Goldschmidt, Guérault, Granger, Giannotti e Bento Prado Júnior, reafirma o autor que os uspianos, professores e alunos, há muito se propunham a “desenvolver uma filosofia do conceito³⁶, banindo para as trevas da ideologia as metafísicas da consciência”. E acrescenta: “Em suma, nada ficávamos a dever aos imperativos da nova ordem do dia” (p. 36).

Por conseguinte, se Foucault trouxe algo de novo aos (já?) praticantes do método estrutural, sua contribuição se resumiria, caso nos apoiemos na avaliação de Arantes – e utilizando um termo do próprio –, a um “piparote”. Piparote, diz ele, desferido em um ainda renitente psicologismo, dado que a análise interna dos textos filosóficos exercitada na FFCL, não obstante consistente enquanto técnica de leitura, portava uma “desmesura metafísica alimentada pela crença da responsabilidade do filósofo pela totalidade de sua doutrina”. Nessa linha, as conferências de Foucault teriam veiculado uns poucos novos ventos – os do “impensado”, do “não-dito” –, mediante sua ênfase nas “arquiteturas conceituais fechadas que escandem o espaço do discurso filosófico” (p. 36) – discurso esse, ressalte-se, do qual está inteiramente ausente, na perspectiva foucaultiana, o sujeito soberano.

Prosseguindo na mesma vertente analítica, eis como Arantes apresenta a chegada de Foucault: “Quando finalmente a ideologia francesa se apresentou em pessoa entre nós, na figura de seu principal representante, Michel Foucault, enquanto alguns não o entendiam e outros faziam cara feia, compreende-se que pilhássemos tal súplica (essa fonte perene de dissertações – ainda hoje, muito marmanjo recorre, como quem respira, à periodização algo fantasista de *Les mots et les choses*) sob as ordens de Bento Prado (p. 34).

Para exemplificá-lo, o autor nos oferta, sem especificar a fonte – diz apenas tratar-se de tese universitária admirada por Bento Prado –, uma apreciação sobre Silvestre Pinheiro Ferreira, polígrafo português que aqui filosofava quando da chegada da Família Real. Apenas João Cruz Costa, antes da vinda de Foucault, se interessara por esse conselheiro de D. João VI que manifestava particular aversão à obra de Fichte e de Schelling. Adepto do historicismo e de uma tradicional história das idéias, Cruz Costa atribuía tal repúdio ao “traço fundamental do espírito do pensamento português, voltado para a prática, para uma concepção muito terrena do sentido da filosofia” (*apud* Arantes, 1994a: 105) – a uma “psicologia nacional”, em síntese. Depois das conferências de Foucault, todavia, a obra do pensador português se viu enquadrada, na tese aludida por Arantes, em uma das famosas *epistemes* de *As palavras e as coisas*, conforme se pode perceber no fragmento seguinte: “Não é o pensador português que não compreende o idealismo alemão, e sim o pensador *ilustrado*; não é o filósofo pragmático que recusa esse ‘barbarismo’, é o pensador que não abandonou o campo da *episteme* clássica (no sentido que Foucault atribui à palavra), que não sabe e não pode movimentar-se no campo aberto pela modernidade” (*apud* Arantes, 1994a: 105).

Mas o efeito-Foucault se resumirá, então, a esses pastiches desajeitados e que hoje soam um tanto ridículos por transformar em receita (ou catecismo) a rigorosa pesquisa sobre a “história do mesmo”³⁷? Decerto não há acordo geral quanto à avaliação de Arantes, e outros uspianos expressam posições diferentes.

Bento Prado Júnior, por exemplo, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, não se vê tão “foucaultiano” quanto o colega o faz parecer, nem reduz as conferências de Foucault à simples confirmação do que na USP já se saberia de cor e salteado. O entrevistador refere-se à tese de livre-docência “Presença e Campo Transcendental” – uma interpretação de Bergson muito diferente da comum em manuais de história da filosofia – e Bento Prado Júnior esclarece tê-la redigido em 1964³⁸, em pouco mais de dois meses, pois o departamento de filosofia contava com poucos professores titulados e temia os efeitos do golpe militar. No trabalho está presente o conceito de “campo transcendental”, também decisivo em *As Palavras e as Coisas*. Indagado se já conhecia Foucault no momento da elaboração do texto, o entrevistado responde: “Não. Só vim a conhecê-lo em 1965, quando eu já tinha escrito a tese. Tanto que, depois, cometi uma maldade com Lebrun. Discutimos muito na defesa de minha tese, porque ele achava que a idéia de “vida” em Bergson era puramente empírica. Um ano depois, estávamos num boteco com Foucault. Ele ainda não tinha publicado *As*

Palavras e as Coisas, mas estava aqui no Brasil dando o curso sobre os mistos empíricos e transcendentais, "vida", "trabalho" e "linguagem". Estávamos os três na mesa e eu lhe perguntei: "O senhor acha que a noção de 'vida' em Bergson tem um papel transcendental?". Ele me respondeu: "Mas é óbvio que tem"" (Musse e Prado Júnior, 2000).

Marilena Chauí (1988), por sua vez, em um texto no qual o clima de contestação que imperava na Maria Antônia dá o tom, nos traz uma evocação bastante singular relativa ao pensar/dizer dos estudantes da FFCL que presenciaram as apresentações de Foucault: "Não tem história no que esse cidadão faz. Já nem parece o autor de *História da Loucura*. Foram-se Braudel e Soboul?"(p. 242).

Dirigindo-nos ao final de nosso esboço histórico, voltamos ao livro de Arantes. Pois ele porta alguns segredos, dentre os quais a composição do título – título esse que fizemos nosso, embora com um adendo. Em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* quando do lançamento de *Um departamento francês de ultramar*, emerge o seguinte diálogo:

"Folha - Segundo consta, "Um Departamento Francês de Ultramar" é uma citação de Michel Foucault acerca dos seus colegas brasileiros da rua Maria Antonia – mas não havia aí uma óbvia ironia?

Arantes - Trata-se de fato de uma tirada atribuída a Foucault quando passou por aqui em 65 e fomos apresentados à Ideologia Francesa em pessoa, para surpresa nossa, filha natural do dia-a-dia das certezas de empréstimo de que sempre vivêramos. Todo mundo costumava citar com legítima satisfação uma observação de Goldschmidt, segundo a qual já éramos de fato um departamento de Filosofia tão bom quanto qualquer outro similar francês de província; ainda estávamos esperando a promoção para Paris quando Foucault completou a deixa, por certo elogiando, mas com leve intenção escarninha, pois Departamento de Ultramar também poderia ser alguma ilha do Caribe, e nós sabíamos muito bem (mas ele não) que por lá andava a existencialista Chiquita Bacana" (Arantes, 1994b).

Elogio da parte de Foucault? Ou terá sido ironia? Opção impossível, certamente, por mais que a expressão se constitua em um achado para quem deseja resumir, em forma de título, os primeiros passos de uma pesquisa sobre a presença de Foucault no Brasil. E algo mais encontramos quanto a isso, desta feita na pena de Renato Janine Ribeiro, aluno de Filosofia no período 1968-1971. Trata-se de um depoimento, incluído em obra comemorativa dos intercâmbios acadêmico-culturais entre Brasil e França, no

qual o autor afirma: “...o jovem professor Michel Foucault ministrou um curso sobre o assunto do livro que publicaria no ano seguinte (...). Dessa época, data sua definição do curso da USP como um ‘bom departamento francês de ultramar’, que seria o título (sem o *bom*) de um livro de Paulo Arantes (...). Curiosamente, ou não, o livro será crítico à dependência que se teve em relação à França; curiosamente, também, um livro que critica a USP será lido (ou não-lido) no resto do Brasil como se fosse uma obra de apologia a essa universidade, o que seguramente não é” (Ribeiro, 2005: 463).

Incorporamos o adjetivo “bom” a nosso próprio título, além de dar-lhe forma interrogativa, visto que nossa intenção não é julgar Foucault, tampouco a FFCL-USP, mas problematizar as continuidades e/ou rupturas associadas às conferências do primeiro em nosso país.

Michel Foucault voltará à França ainda em outubro de 1965. Não verá, em 1968, o prédio da Maria Antônia incendiado pelas bombas e o ódio dos agrupamentos paramilitares do Mackenzie – onde vicejavam o CCC, o MAC e a FAC³⁹ –, com o beneplácito (e indisfarçada colaboração) das tropas do governo do Estado, chamadas pela então reitora da universidade presbiteriana, Esther de Figueiredo Ferraz; tampouco assistirá a melancólica mudança da FFCL para o *campus* do Butantã, com seus barracões, suas aposentadorias compulsórias⁴⁰ e a fragmentação da faculdade em diferentes institutos. Nesse momento, também ele estará freqüentando um novo *campus*, o da Universidade Experimental de Paris 8, em Vincennes. Somente regressará ao Brasil, já então inegavelmente famoso – como professor do Collège de France e como militante do GIP –, oito anos após a primeira visita. Mas já serão outras, nesse ano de 1973, as forças em ação no panorama brasileiro⁴¹.

Referências:

- AMENDOLA, Gilberto. *Maria Antônia: a história de uma guerra*. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência dos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994a.
- ARANTES, Paulo. Para onde caminha o bonde da filosofia? *Folha de São Paulo*, 06/02/1994b.
- ARTIÈRES, Philippe. Prendre la parole. Éléments pour une audiographie de Michel Foucault. *Sociologie et sociétés*. Vol. 38, n.2, 2006.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. *Livro negro da USP*. São Paulo: ADUSP, 1978.

- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. Em: Ferreira, Marieta Moraes e Amado, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CANDIDO, Antonio. O mundo coberto de moços. Em: Santos, Maria Cecília Loschiavo (org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.
- CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas. Intercâmbios culturais entre Brasil e França*. Campinas: Papirus, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Um lugar chamado Maria Antônia. Em: Santos, Maria Cecília Loschiavo (org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- CUNHA, Luís Antonio. *A universidade temporã. O ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DEFERT, Daniel. Cronologia. Em: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos 1. Problematização do sujeito, psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DELEUZE, Gilles. Espinosa e o método geral de Martial Guérault. Em: *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- DOSSE, François. *Histoire du structuralisme*. Tome 1: Le champ du signe, 1945-1966. Paris: La Découverte, 1991.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade e poder. Análise crítica e fundamentos históricos (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault. Em: *O homem e o discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.
- FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. Em: Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Um problema que me interessa há muito tempo é o do sistema penal. Em: *Ditos e Escritos IV. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GASPARI, Helio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HAYASHI, Marli Guimarães. A universidade brasileira. O caso da USP (1950-1977). *Thesis Revista Eletrônica*. São Paulo, ano II, n.4, pp. 47-64, 2005.
- LÉVI, G. Usos da biografia. Em: Ferreira, Marieta Moraes e Amado, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- MACEY, David. *The lives of Michel Foucault*. New York: Vintage Books, 1993.

- MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Vértice, 1989.
- MORAES, João Quartim de. Na Maria Antônia dos anos 60: a reforma da filosofia e a revanche dos golpistas. Em: Santos, Maria Cecília Loschiavo (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MUSSE, Ricardo; PRADO JÚNIOR, Bento. Bento Prado Jr. debate sua obra. *Folha de São Paulo*, 25/06/2000.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. *A modernização da universidade e a transformação da intelligentsia universitária*. Florianópolis: Insular, 2002a.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ. A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 14(2): 147-161, outubro de 2002b.
- PÉCAUD, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PENZIM, Adriana Maria Brandão; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Michel Foucault em Belo Horizonte, 1973: ditos e escritos intempestivos *Boletim do CDPHA*, Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, 2010, v.22.
- PRADO JÚNIOR., Bento. *Presença e campo transcendental: consciência e negatividade na filosofia de Bergson*. São Paulo: Edusp, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Depoimento: Roger Bastide. Sociólogo, antropólogo, filósofo. Em: Perrone-Moysés, Leila (org.) *Do positivismo à desconstrução. Idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.
- RAJCHMAN, John. *Foucault, a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- RIBEIRO, Renato Janine. Filósofos franceses no Brasil: um depoimento. Em: Martins, Carlos Benedito (org.) *Diálogos entre França e Brasil. Formação e cooperação acadêmica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SCHWARTZ, Roberto. Um seminário de Marx. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, 8/10/1995.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/FGV, 2000.
- SIMÃO, Azis. Na faculdade. Em: Santos, Maria Cecília Loschiavo (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SIMIAND, François. *Método histórico e ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TOLEDO, Caio Navarro de. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. Em: Moraes, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil*. Vol. III – Teorias, interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.

¹ A pesquisa tem por título *Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos e ressonâncias*. Apoio: UERJ, FAPERJ e CNPq.

² Análise do modo como Michel Foucault ocupou espaços de fala, conforme sugerido por Artières (2006).

³ Acompanhando Foucault (1979), busca das condições geopolíticas de produção do saber.

⁴ Exame analítico-crítico da temporalidade associada à primazia conferida a determinados procedimentos, categorias, problemáticas e conceitos foucaultianos pelos intelectuais e militantes brasileiros.

⁵ Nossa postura se apóia na análise de Giovanni Lévi (1996) sobre os usos da biografia, em contraponto à posição, bem menos favorável, expressa por Pierre Bourdieu (1996).

⁶ Armando de Salles Oliveira, interventor federal em São Paulo quando da criação da USP, era presidente da empresa responsável pelo *Estadão* e cunhado de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal. Sobre a díade conflito-compromisso que permeia a instalação da Universidade, podem ser consultados, além do trabalho de Cardoso (1982), Paula (2002a; 2002b), Fávero (1977; 1980); Schwartzman et al. (2000), Miceli (1989) e Cunha (1980).

⁷ Já existiam três universidades no Brasil: a do Rio de Janeiro, criada em 1920; a de Minas Gerais, em 1927; e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1896.

⁸ A profissionalização não estava totalmente ausente, pois a FFCL deveria formar professores para o ensino secundário e superior.

⁹ Embora nos tenhamos limitado a um único exemplo, postura análoga pode ser encontrada em depoimentos e artigos de outros ex-alunos da FFCL, como José Arthur Giannotti, Bento Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, João Quartim de Moraes etc., presentes na coletânea organizada por Santos (1988).

¹⁰ Georges Dumas (1868-1946), médico psiquiatra e filósofo de formação positivista, impulsionou o intercâmbio Brasil-França desde a primeira década do século XX. Conselheiro de Francisco Campos e correspondente de Gustavo Capanema, ambos ministros da educação do Governo Vargas, alertava-os da importância de contar com uma Faculdade de Filosofia na estrutura universitária.

¹¹ A lista não é completa e exige pesquisa mais detalhada, em especial quanto aos períodos de permanência. Por exemplo: segundo Carelli (1994, p. 245), Roger Bastide teria vivido no Brasil de 1938 (quando substituiu Lévi-Strauss) a 1951; já Queiroz (2004, p. 127) data a partida de 1954. Além disso, tais períodos dificilmente são contínuos, pois muitos professores dividiam o ano entre a França e o Brasil.

¹² Em 1960, Granger publicou *Pensée formelle et sciences de l'homme* (Paris: Aubier-Montaigne), síntese de seus cursos na USP.

¹³ Entre 1960 e a década de 1990, Lebrun costumava lecionar um semestre na USP e outro em Aix-en-Provence. O período de 1960 a 1966 foi de permanência em São Paulo, quando redigiu sua tese de Estado intitulada *Kant e o fim da metafísica*. Em 1974, passou a colaborar com o *Jornal da Tarde*, sendo os textos ali publicados reunidos na coletânea *Passeios ao léu* (São Paulo: Brasiliense, 1983). Datam dos anos 1970 inúmeros artigos na revista *Discurso*, da Filosofia da USP. Em 1996, foi acusado de pedofilia em uma situação, pouco clara, de suposta encomenda de fotos a um gari, e não mais retornou ao Brasil. Faleceu em Paris, em 1999.

¹⁴ Embora Maugué defendesse oficialmente o rigor internalista do estudo dos textos clássicos, exercia a reflexão filosófica na forma de ensaio, gerando, em alguns alunos das primeiras turmas da FFCL, intenso interesse político-cultural. Formou-se assim o grupo *Clima*, cujos integrantes, geralmente graduados tanto em Filosofia como em Ciências Sociais, aspiravam a efeitos extra-acadêmicos.

¹⁵ Antigos uspianos costumam descrevê-lo como figura singular no Departamento de Filosofia: cético, irônico e com simpatias pelo continuísmo e historicismo, interessava-se sobremaneira pela história das idéias (e ilusões...) filosóficas nacionais. Sobre elas publicou, por exemplo, *Panorama da Filosofia no Brasil* (Cultrix, 1960) e *Contribuições à história das idéias filosóficas no Brasil* (Civilização Brasileira, 1967).

¹⁶ Assistente de Martial Guérault, lecionou História da Filosofia na FFCL abordando principalmente, em cursos monográficos, Platão, Descartes, Espinosa e Hegel. Ao contrário do contemporâneo Cruz Costa, não prezava a história das idéias, mas a análise interna dos textos filosóficos.

¹⁷ O ISEB congregava intelectuais cujo projeto político, a despeito de diferenças que chegaram a provocar dissensões, era forjar um pensamento capaz de impulsionar o desenvolvimento do país. Integraram-no, entre outros, Nelson Werneck Sodré, Helio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier e Wanderley Guilherme dos Santos. Acerca do contraponto entre FFCL-USP e ISEB, observa Pécaud (1990): “No Rio de Janeiro, (...) o papel do intelectual implicava uma intervenção direta no campo político (...). Já em São Paulo, remete antes à inserção num meio específico de inter-reconhecimento e a referência a normas gerais de trabalho teórico” (p.215-216). Acrescente-se que enquanto Cruz Costa admirava o ISEB e a obra de Álvaro Vieira Pinto, Debrun e Lebrun abordaram-nos – Instituto e autor – de forma extremamente crítica. Para um aprofundamento do tema, ver Toledo (1982; 1988) e Sodré (1986).

¹⁸ Segundo Deleuze (2006), Martial Guérout, professor do *Collège de France* desde 1951, “renovou a história da filosofia graças ao método estrutural genético, que ele havia elaborado bem antes que o estruturalismo se impusesse em outros domínios” (p.189). Já Dosse (1991) afirma que Foucault conhecia bem os trabalhos de Guérout e vê na noção foucaultiana de *episteme* um prolongamento da obra desse historiador da filosofia (p. 106-110). Dentre os textos mais conhecidos de Guérout estão *Descartes selon l'ordre des raisons* (Paris: Aubier, 1953) e *Philosophie de l'histoire de la philosophie* (Paris: Aubier-Montaigne, 1979).

¹⁹ Dentre os trabalhos desse discípulo de Guérout, cumpre mencionar *Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos* (Em: *A religião de Platão*. São Paulo: Difel, 1963) e *Platonisme et pensée contemporaine* (Paris: Aubier-Montaigne, 1972).

²⁰ Organização presbiteriana reconhecida como universidade em 1952, no segundo governo Vargas. Iniciou suas atividades no Brasil em 1870, com o casal de missionários Georges e Mary Chamberlain.

²¹ Por “batalha” da Maria Antonia designamos as ocorrências de 2 e 3 de outubro de 1968, opondo FFCL-USP e Mackenzie, que serão abordadas adiante.

²² Nos primeiros anos da FFCL, o número de alunos era extremamente reduzido: cursos somente diurnos, aulas ministradas em francês. Já existia, contudo, um certo aluno trabalhador de classe média: os comissionados pela Secretaria de Educação, que, caso aprovados no vestibular, ficavam liberados do confinamento na rede escolar primária e podiam futuramente aspirar aos (então raríssimos) postos no ensino secundário e superior. O benefício chegou a ser estendido a todo o funcionalismo do Estado.

²³ Diversos autores franceses, destacando-se, desde a segunda década do século XX, o sociólogo durkheimiano François Simiand (2003), denominam História Política (e/ou Positivista) aquela que reverencia três ídolos: o cronológico (encadeamento, sem rupturas, de eventos e datações), o psicológico (o autor, com suas intenções e motivações) e o político (decisões e atos de instâncias governamentais e militares). A crítica radical a esse tipo de historiografia orienta tanto a praticada pela *École des Annales* quanto (em parte) a desenvolvida por Michel Foucault. Porém não existe história sem eventos: o problema não está em reportá-los, mas em deles fazer os condutores exclusivos e suficientes da pesquisa e da narrativa. Neste sentido, por Golpe Militar de 1964 pode-se entender, nominalisticamente, um rótulo sintético para um conjunto de práticas correlacionáveis, que se distribuem em inúmeras séries (econômica, cultural, educacional, midiática, governamental, policial, subjetivante etc.)

²⁴ A edição francesa, em 4 volumes, foi organizada (cronologicamente) por Daniel Defert e François Ewald, e publicada em 1994. Utilizamos a edição brasileira, atualmente no sexto volume, organizada de modo temático por Manoel Barros da Motta.

²⁵ Na edição brasileira assim aparece o termo: “caçar”. Avaliamos que a melhor tradução da palavra francesa “chasser” seria, aqui, “cassar” – apesar da instauração, como veremos a seguir, de uma efetiva “caça às bruxas”.

²⁶ Limitamo-nos a citar as denúncias quanto à FFCL, mas houve inúmeros acusados em outros espaços. Dentre eles, Caio Prado Júnior, livre-docente no Direito e, portanto, sequer membro regular da USP.

²⁷ Advogado e jornalista, Paulo Duarte criou e dirigiu a revista de cultura *Anhembi*, com a qual colaboraram, entre outros, Florestan Fernandes, Maria Izaura Pereira de Queiroz e Roger Bastide. O periódico foi um dos primeiros a abrir espaço para a divulgação de pesquisas acadêmicas e, em suas páginas, Paulo Duarte costumava relatar os problemas que diagnosticava na Universidade. Por suas ligações com o *Estadão*, ele se declarava “um dos fundadores da USP” (Hayashi, 2005: 50).

²⁸ *Doença mental e personalidade*, o efetivo primeiro livro (1954) de Foucault, é obra por ele renegada, provavelmente pela vinculação (evidente) com o ideário do Partido Comunista Francês. A reedição (não desejada) de 1962 trouxe mudanças no título – agora *Doença mental e psicologia* – e no conteúdo – substituição do capítulo sobre Pavlov por uma espécie de síntese de *História da Loucura*.

²⁹ Na curiosa expressão de Arantes (1994a), “em meados dos anos 60, Bento Prado Júnior era uma ilha de literatura cercada de filosofia por todos os lados” (p. 170).

³⁰ Embora suas análises do funcionamento do Seminário Marx divirjam, tanto Paulo Arantes (1994a) quanto Roberto Schwartz (1995) atribuem a José Arthur Giannotti essa iniciativa. No grupo, que se encontrava quinzenalmente, em tardes de sábado, com rodízio de expositor e residência – os encontros se davam fora da Maria Antônia –, eram presenças constantes, além de Giannotti, Fernando Novaes, Bento Prado Júnior, Roberto Schwartz, Ruy Fausto, Paul Singer, Octavio Ianni, Michel Löwy, Francisco Weffort, Juarez Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Ruth Cardoso, Fernando Henrique Cardoso e Sebastião Advíncula. Curiosamente, Florestan Fernandes, do qual alguns eram assistentes e que introduzira a dialética marxista no curso de sociologia da USP, não foi convidado a participar. Moraes (1988) reporta a existência de um segundo seminário, entre 1962 e 1966, que deu origem à revista *Teoria e prática*.

³¹ Foucault jamais se declarou anti-marxista ou mesmo não marxista, atribuindo tais rotulações ao fato de não ser, definitivamente, um “comunistólogo”. Nossas observações caminham na mesma linha.

³² Na FFCL, depois de um momento de recuo em função do Golpe Militar, a Reforma Universitária será não apenas discutida, mas praticada: em 1968, a paridade entre professores e alunos estará estabelecida em alguns departamentos (Filosofia à frente) e na Congregação.

³³ Informações complementares sobre a participação de Foucault nos debates da comissão responsável pelo ensino da Filosofia estão em Eribon (1990) e Macey (1993).

³⁴ Embora essa tese tenha provocado muita controvérsia, assim a resumiríamos: a própria colonização pelos parâmetros franceses foi capaz de criar uma benéfica rotina que contribuiu para a formação da cultura filosófica uspiana. A tese se inspira nas idéias de Antonio Candido sobre a formação da literatura brasileira, embora Arantes não identifique nosso Machado de Assis filosófico, optando por hipotetizar que seria um “autor coletivo”.

³⁵ Em *A arqueologia do saber* (1969) e *A ordem do discurso* (aula inaugural no *Collège de France*, 1970), Foucault já desafia os leitores e/ou ouvintes a afirmar que aquilo que faz possa ser enquadrado como “estruturalismo”.

³⁶ O próprio Foucault formou-se na tradição da ‘filosofia do conceito’, sob a égide de autores como Canguilhem, Bachelard, Koyré e Cavaillès.

³⁷ Em *As palavras e as coisas*, Foucault (1999) usa essa expressão para caracterizar a pesquisa presente no livro, comparando-a a *História da Loucura*, em que estaria em pauta a “história do outro”, e a *O nascimento da clínica*, a meio caminho entre o “outro” e o “mesmo”.

³⁸ A publicação em português ocorreu bem mais tarde. Ver Prado Júnior, 1989.

³⁹ Respectivamente, Comando de Caça aos Comunistas, Movimento Anti-Comunista e Frente Anti-Comunista.

⁴⁰ Em 1969, com apoio no AI-5, foram compulsoriamente aposentados, entre outros professores da USP, Florestan Fernandes, Bento Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Mario Schenberg, Octavio Ianni, Paulo Duarte e Paul Singer. O decreto foi assinado por Costa e Silva, Gama e Silva, e Tarso Dutra. A lista completa, bem como as peripécias que cercaram as demissões, podem ser consultadas no *Livro Negro da USP* (Associação dos Docentes da USP, 1978).

⁴¹ Sobre o ano de 1973, pode-se consultar Penzim e Rodrigues, 2010.